

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Waldemir Barreto / Agência Senado



Plínio Valério rejeitou proposta que favorecia Master

Relator disse que emenda de
Ciro Nogueira 'inoportuna'

Relator, na Comissão de Constituição e Justiça, da PEC 65, que trata do Banco Central, o senador Plínio Valério (PSDB-AM) classificou de "inoportuna" a emenda apresentada por **Ciro Nogueira** (PP-PI) e que, segundo a Polícia Federal, foi redigida pelo Banco Master.

Para Valério, a garantia de R\$ 250 mil para investimentos dada pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC) era suficiente: cobria 99% dos depósitos e investimentos e cerca de 50% de seus valores. Nogueira queria aumentar o limite para R\$ 1 milhão.

O relator também criticou a proposta de Nogueira de transferir a regulação do FGC — mantido e administrado por bancos — para o Conselho Monetário Nacional.

Modelo privado

Em seu parecer, Valério admitiu, como ressaltado por Nogueira, que o modelo privado de fundos garantidores é minoritário na maior parte dos países.

Mas ressaltou que esse formato é adotado em mais de trinta nações, entre elas, algumas como "com sistemas financeiros complexos", como Alemanha, França, Suíça, Singapura e Hong Kong. Frisou que em nenhum país esse tipo de fundo é matéria constitucional.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Senador rompeu acordo e pautou PEC

A surpresa de Alcolumbre

O parecer sobre a emenda de Nogueira foi apresentado por Valério em 14 de agosto de 2024.

No dia 4 de setembro, o relator se disse surpreendido pela decisão do então presidente da CCJ, **Davi Alcolumbre** (União-AP), de colocar a PEC na pauta, o que despeitava um acordo que havia sido feito. Valério pediu uma "explicação plausível" para a atitude.

Alcolumbre respondeu que não tomara a decisão sozinho, atendera pedidos de outros senadores. A PEC ainda tramita na CCJ.

Estilhaços no Paraná

Estilhaços gerados pela suspeita de que o Master redigiu a emenda chegaram ao Paraná e ameaçam ferir a candidatura do deputado **Filipe Barros** (PL) ao Senado.

Em novembro de 2024, três meses depois de Nogueira apresentar sua emenda, Barros protocolou projeto de lei que também aumentava para R\$ 1 milhão a cobertura do FGC. Em fevereiro passado, ele retirou seu projeto.

'Credenciais'

A esquerda não perdeu tempo e respondeu entrevista em que o senador **Flávio Bolsonaro** (PL-RJ) disse que **Ciro Nogueira** tinha "perfil" e "todas as credenciais" para ser candidato a vice-presidente da República. Na época, Flávio ainda não havia sido lançado ao Palácio do Planalto pelo pai, **Jair Bolsonaro**.

Ressaca

As acusações contra Nogueira, ex-chefe da Casa Civil de Bolsonaro, abalaram a oposição — ficou mais difícil tirar o Master da própria sala. A reunião do presidente **Lula** (PT) com **Donald Trump** também colaborou para esfriar o ânimo dos que comemoravam as derrotas do governo no Congresso.

Torcida

Apesar do tapete vermelho estendido para Lula e do uso da palavra "dinâmico" por Trump para classificar o brasileiro, bolsonaristas ainda acreditam/torcem para que as expectativas do petistas acabem frustradas pela Casa Branca. Fazem o discurso do ver para crer em concessões norte-americanas.

Refit

Ao afirmar, na entrevista, que falara com Trump sobre a lavagem de dinheiro no estado de Delaware, o ministro da Fazenda, **Dario Durigan**, tocou em um ponto muito importante para Lula. O grupo Refit teria usado as facilidades locais para lavar R\$ 72 bilhões — Lula já pediu aos EUA a prisão de **Ricardo Magro**, dono do conglomerado.

O sábio Barão

A irritação do ministro **André Mendonça**, do Supremo Tribunal Federal, e da Polícia Federal com a delação apresentada por **Daniel Vorcado**, do Banco Master, faz lembrar uma das grandes frases de **Apparício Torelly** (1895–1971), o Barão de Itararé: "De onde menos se espera, daí é que não sai nada".

Ô fase...

Outra má notícia para bolsonaristas: a Anvisa determinou o recolhimento de lotes de detergente, sabão líquido e desinfetante da marca **Ypê**: todos oferecem risco de contaminação. Quatro integrantes da família **Beira**, dona da Ypê, doaram um total de R\$ 1,5 milhão para a campanha de Bolsonaro em 2022.



Segundo Motta, fim da 6x1 é "prioridade" na Câmara

Motta projeta
fim da 6x1
ainda no mês
de maioPresidente da Câmara confia na
aprovação da proposta

Da Redação

Em entrevista na manhã desta quinta-feira, na Assembleia Legislativa da Paraíba, o presidente da Câmara dos Deputados, **Hugo Motta** (Republicanos-PB), demonstrou otimismo na aprovação das propostas que acabam com a jornada 6x1, na qual se trabalha por seis dias na semana com apenas um dia de folga. Para além da aprovação, Motta disse confiar que a proposta venha a ser aprovada em plenário ainda neste mês de maio.

"Queremos votar ainda neste mês de maio, no mês do trabalhador", acrescentou.

Motta esteve Paraíba para uma edição do "Câmara pelo Brasil", evento itinerante que amplia o diálogo da Casa com a sociedade.

Segundo o presidente, o tema da escala 6x1 já entrou na agenda prioritária do Congresso e deve avançar nas próximas semanas, com expectativa de análise ainda no mês de maio.

"Queremos que todos compreendam que há uma decisão política de se caminhar nesse sentido. É melhor sentar à mesa e negociar o texto, porque temos o horizonte de data para ser votado", disse Motta.

Ao lado de Motta na Paraíba, estava o ministro do Trabalho e Emprego, **Luiz Marinho**. Motta afirmou que a discussão sobre a redução da jornada de trabalho

e o fim da escala 6x1 "interessa a 70% da população" e destacou que o debate ocorre há décadas no país.

Segundo o presidente da Câmara, o objetivo é conduzir a tramitação da proposta "de forma responsável", ouvindo representantes de diferentes setores econômicos e trabalhadores.

"Não votar essa matéria não está em questão, vamos votar", reiterou Motta. Ele acrescentou que a comissão especial criada para discutir o assunto terá um mês de maio "intenso", com espaço para manifestações de todos os segmentos envolvidos antes da definição do texto final. A comissão especial analisa duas propostas de Emenda à Constituição (PECs).

A PEC 221/19, do deputado **Reginaldo Lopes** (PT-MG), propõe reduzir a jornada semanal gradualmente das atuais 44 para 36 horas. A transição se daria ao longo de dez anos.

A proposta apensada (PEC 8/25), da deputada **Erika Hilton** (Psol-SP), prevê uma escala de quatro dias de trabalho por semana, com limite de 36 horas no período.

Luiz Marinho informou que o governo defende a redução da jornada semanal de 44 para 40 horas, sem diminuição salarial e com duas folgas semanais.

Com informações da
Agência Câmara de Notícias